



A Componente Curricular Educação Física no contexto de formação de jovens e adultos.

Bianca Bissoli Lucas-CRIARTE-UFES/Uminho
bissolilucasbianca@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-5866-0886>

Introdução

Uma das questões que o Brasil ainda se defronta diz respeito à Educação em particular à Educação de Jovens que se tornam os adultos sem alfabetização ou com uma base escolar bastante frágil. Estamos falando de jovens social, econômica e geograficamente desiguais e excluídos. Tal realidade, me fez tomar a decisão de realizar uma investigação sobre a educação física na formação de jovens e adultos no Programa de Integração de Educação Básica à Educação Profissional na Modalidade de Jovens e Adultos – PROEJA, cuja inspiração originária surgiu no período do trabalho como professora voluntária de Educação Física que desempenhei nas turmas de Guia de Turismo neste segmento em um campus do Instituto Federal.

Assumi essa nova disciplina e desafio, cujo cenário, segundo a coordenadora geral da época, “apresentava muitos problemas de aceitação pelos discentes, e que por ela e demais membros da coordenação e setor pedagógico, já existia um consenso desta disciplina não fazer parte do quadro da oferta curricular a partir do próximo ano letivo” (DIÁRIO DE CAMPO, 2019).

No entanto, a partir das vivências das aulas planejadas, considerando a realidade das turmas, documentos oficiais e o projeto político pedagógico do curso, os alunos passaram não só a gostar das aulas educação física, mas a relatar a sua importância na vida cotidiana e na vida escolar. Além disso, a educação física continua presente na oferta curricular, até o presente momento.

Diante desta nova realidade, surge a ideia de investigar qual o lugar da Educação física neste contexto, a partir do seu cenário histórico, decretos, leis e documentos oficiais que orbitam na educação de jovens e adultos básica e profissional no cenário da escolarização.

Sendo assim, Este estudo, caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico, buscando nas obras teóricas já publicadas e nos documentos oficiais do MEC, as informações necessárias para dar respostas ao objeto de estudo estabelecidos pela investigação. Gil (2002, p. 44) afirma que “[...] embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas”.

Assim sendo, esta investigação se justifica, não com a intenção de buscar prescrições para a Educação Física na educação de jovens e adultos e sim, contribuir para o enfrentamento dos desafios da consolidação da educação física como um importante espaço de formação humana, provocando reflexões para a avaliação e a análise dos programas e análise crítica dos sentidos históricos desta disciplina no contexto escolar

da formação de jovens e adultos, considerando a hipótese de ser ela, na sua especificidade, uma disciplina que trabalha com a cultura corporal e que tem papel fundamental na qualidade da formação escolar crítica, humana e para a vida de jovens e adultos.

Resultado e discussão

As iniciativas oficiais da Educação de Jovens e Adultos – EJA, no Brasil, remontam à década de 1940 do século XX (DI PIERRO, 2005). Desde então, muitas ações e formações têm sido realizadas visando compensar esse quadro de exclusão e que tem afastado da escola um grande contingente da população, especialmente jovens/adolescentes. . Em 1963, Paulo Freire, ao lado de outros educadores, conseguiram, em apenas 40 horas, alfabetizar 300 adultos em Angicos, região interior do Rio Grande do Norte. Os alunos eram todos trabalhadores de canaviais locais.

Havia uma equipe de professores nordestinos no Serviço de Extensão Universitária da Universidade Federal de Pernambuco. Alguns deles eram também gente do Movimento de Cultura Popular do Recife, o primeiro que se fez no Brasil, na aurora dos anos 60. Lavradores do Nordeste foram os primeiros homens a viverem a experiência nova do círculo de cultura. Foram os primeiros a serem alfabetizados de dentro para fora, através de seu próprio trabalho. Depois de haver sido testado em “círculos” na roça e na cidade, no Nordeste, o trabalho com o método foi levado por muitas mãos ao Rio de Janeiro, a São Paulo e a Brasília. (BRANDÃO, 2017, p.7)

Os resultados obtidos pelo plano de ensino de Paulo Freire foi tão importante que impressionou profundamente a opinião pública. Decidiu-se então, aplicar o método em todo o território nacional, mas desta vez com o apoio do Governo Federal, o que inspirou a criação do Plano Nacional de Alfabetização, através de um decreto assinado pelo então presidente João Goulart.. Não houve tempo para passar das primeiras experiências para os trabalhos de amplo fôlego com a alfabetização de adultos . Não foi a frente devido a interrupção o pela ditadura militar em 1964.

[...] Em fevereiro de 1964, o governo do Estado da Guanabara apreendeu na gráfica milhares de exemplares da cartilha do Movimento de Educação de Base: Viver é Lutar. Logo nos primeiros dias de abril, a Campanha Nacional de Alfabetização, idealizada sob direção de Paulo Freire, pelo governo deposto, foi denunciada publicamente como “perigosamente subversiva”. Em tempo de baioneta a cartilha que se cale. Aqueles foram anos — cada vez piores, até 1968. (Op Cit, 2017, p.8)

Apesar da consciência dessa realidade, foi apenas a partir de 1988 que o direito à educação de jovens e adultos passou a ser reconhecido pela nova Constituição da República Federativa do Brasil e sua oferta considerada obrigatória pelo Estado – o que se revestiu como uma grande conquista.

Segundo Haddad (2007), no Brasil, mesmo não tendo sido assegurado, de imediato, o estabelecimento de uma política nacional específica para o atendimento desse segmento da população, um conjunto de medidas legais e políticas educacionais foram implementadas, impulsionadas pela participação do Brasil na “Conferência Mundial de Educação para Todos”, realizada na Tailândia, em 1990. Nela, os países e organismos de cooperação internacional participantes comprometeram-se a concretizar ações de enfrentamento das dificuldades e das fragilidades do processo de educação escolar considerando toda a população formadas por crianças, jovens e adultos.

Depois disto, ocorreram amplas reformulações legais, entre elas a elaboração e efetivação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº 9.394, sancionada em 20 de dezembro de 1996, ordenamento legal que deu origem à formulação de diretrizes curriculares para cada uma das diferentes modalidades de ensino.

E foi justamente a partir de 1996, que iniciativas oficiais voltadas para o ensino formal, foram estabelecidas visando atender jovens e adultos não escolarizados ou de baixa escolarização, cujo objetivo buscava corrigir um processo de exclusão social e oferecer também qualificação técnica para a inserção desse segmento da população no mercado de trabalho.

A partir de 2001 e especificamente no âmbito do governo federal, várias instituições de educação profissional, pertencentes à Rede Federal de Educação Tecnológica, passaram a ofertar o ensino médio na modalidade Educação de Jovens e Adultos – EJA, como uma etapa preparatória para a profissionalização em cursos técnicos. (OLIVEIRA E PINTO, 2012).

Com a edição de alguns decretos, a partir de 2006 alguns dos obstáculos pedagógicos, curriculares e legais foram superados. Por exemplo, com o decreto nº 5.840/2006 esta condição de fragilidade Institucional chegou ao fim, no plano legal, com a instituição do Programa de Integração de Educação Básica à Educação Profissional na Modalidade de Jovens e Adultos - PROEJA, cujo acolhimento pelas Instituições da Rede Federal de Educação Tecnológica passaria a ser obrigatório por meio da oferta de matrículas nos cursos técnicos, com acompanhamento da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação - SETEC/MEC (MOURA E HENRIQUE, 2012).

Além do Decreto de 2006, que fixa as orientações e diretrizes para o PROEJA, o Governo Federal lançou em 2007 um documento instituído Documento Base, que deveria ser um norteador para a construção do projeto político-pedagógico dos cursos PROEJA. Segundo o Documento em questão, o PROEJA foi criado fundamentando-se na Constituição Federal de 1988 e na LDB, de 1996.

Dessa forma, instituído nacionalmente, o PROEJA segundo o Documento Base do PROEJA: Assim, uma das finalidades mais significativas dos cursos técnicos integrados no âmbito de uma política educacional públicas deve ser a capacidade de proporcionar educação básica sólida, em vínculo estreito com a formação profissional, ou seja, a formação integral do educando. A formação assim pensada contribui para a integração social do educando, que compreende o mundo do trabalho sem resumir-se a ele, assim como compreende a continuidade dos estudos. Em síntese, a oferta organizada se faz orientada a proporcionar a formação de cidadãos profissionais capazes de compreender a realidade social, econômica, política, cultural e do mundo do trabalho para nela inserir-se e atuar de forma ética e competente, técnica e politicamente, visando a transformação

da sociedade em função dos interesses sociais e coletivos especialmente os da classe trabalhadora. (BRASIL, 2007, p. 35)

É neste contexto que a a coordenação do PROEJA da Instituição estudada passa a ter na oferta curricular a componente curricular Educação Física – objeto da nossa investigação. Ou seja, estes processos abriram novos horizontes para a modalidade de ensino de Jovens e Adultos e, incluíram a Educação Física, que passa a ser pensada, segundo os documentos oficiais, como uma disciplina representante de uma formação que deve estar para lá de uma formação técnica/reprodutiva, e sim, como um campo do conhecimento onde a formação crítica (formação intelectual) e a consciência da cultura corporal de movimento/práticas/artes se fazem presentes, contribuindo para um desenvolvimento social, educativo e histórico. Este facto é refletido por alguns autores como (BRASIL, 2002; ; BRACHT, 2002; COLETIVO DE AUTORES, 1992).

Segundo Saviani (1989), logo após o período de abertura política, as reflexões sobre a educação brasileira foram intensificadas e o desejo de transformação do cenário estabelecido pela cultura autoritária do estado de exceção também refletiu sobre a educação física.

De fato, a partir da década de 1980, a função social que o sistema educacional vinha desempenhando passa a ser questionado e criticado pelos setores progressistas da sociedade. Essa crítica denunciava o papel reprodutivista do sistema educacional, uma vez que este contribuía para a reprodução dos modelos vigentes e do *status quo*. Bracht (2002) afirma que este debate no campo da pedagogia migrou rapidamente para a educação física, influenciando o desenvolvimento de propostas pedagógicas progressistas ou críticas, visando a construção de alternativas para essa prática, na perspectiva da transformação social.

Apesar dessa linha de construção de práticas pedagógicas progressistas o *status* da educação física no contexto escolar, aponta que ela, por muitas vezes, é considerada de menor valor, meramente prática e descontextualizada da dinâmica educacional. A escola, tradicionalmente identificada como local de desenvolvimento intelectual percebe a educação corporal, desportiva e artística como atividade complementar a sua tarefa principal.

A antiga Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - 5692/71 - LBDEN situou a Educação Física em consonância com um regime político repressivo e com a emergência do esporte de rendimento no cenário social. As escolas representavam verdadeiros celeiros de atletas, onde a prática esportiva massiva deveria favorecer a detecção de talentos desportivos. Ao longo do tempo constatou-se que o sonho olímpico não se realizou por força dessas ações, porém permanece, até hoje, a hegemonia do esporte como o principal conteúdo a ser ensinado nas aulas desta disciplina, particularmente no segundo segmento do ensino fundamental e médio.

Um ponto de partida nessa nova significação atribuída à Educação Física é que a área ultrapassa a ideia de estar voltada apenas para o ensino do gesto motor correto. Muito mais que isso, o professor deve problematizar, interpretar, relacionar, compreender junto com os alunos as amplas manifestações de sua área de ensino, de tal forma que eles entendam o significado das práticas corporais. (BRASIL, 2002, p.194)

Em uma versão inicial da nova LDBEM, a Educação Física foi normatizada como componente curricular, mas sem assegurar sua obrigatoriedade. A partir deste fato,

houve a mobilização de setores e entidades representativas, provocando a alteração do parágrafo 3, do artigo 26, no qual passou a constar a expressão “componente curricular obrigatório”, dando ênfase à necessidade da Educação Física na escola. Apesar da vitória da mobilização do setor, a oferta dessa disciplina, no entanto, teria caráter facultativo no ensino noturno, fato que atinge em grande proporção as turmas do EJA, na sua maioria realizadas após o horário de trabalho.

Críticas de entidades representativas dessa área levaram a novas alterações na Lei, que retiram o caráter facultativo da disciplina. Ainda assim, foram inseridas exceções que preservam esse caráter de sua prática pelos alunos que cumprem jornada de trabalho igual ou superior a seis horas, sejam maiores de trinta anos de idade, estejam prestando serviço militar inicial e/ou tenham prole.

Em relação a essas alterações, Lira (2007) tece severas críticas. Considerando que a maioria dos estudantes, via de regra, se enquadra em quase todas as condições citadas, particularmente nos quesitos sobre a jornada de trabalho superior a seis horas ou quanto à prole, a legislação dá margem para que não haja a oferta da Educação Física para as turmas da educação de jovens e adultos.

A inserção dos casos descritos na Lei está vinculada ao entendimento de que a disciplina educação física é uma prática extenuante, de exercício físico e reduz as chances de proposições de práticas adequadas aos alunos da educação de jovens e adultos, que além de, na sua maioria, se enquadram nas dispensas legais citadas, estudam, quase que exclusivamente, no período noturno.

O desconhecimento ou a falta de entendimento sobre a importância educativa da Educação Física na EJA, é entendida, como uma percepção histórica que aproxima essa disciplina das práticas corporais de adestramento ou das atividades físicas em uma dimensão assistencialista de preparação de corpos sadios, numa pretensa prática politicamente neutra (COLETIVO DE AUTORES, 1992).

Reis (2011) em sua pesquisa apresenta resultados que enfatizam a visão da Educação Física na EJA, fundamentada por perspectivas esportivas ou da aptidão física, não identificada como componente curricular. Porém, afirma também, que o estudo, demonstra que foram percebidas alterações nessas representações, pelo tratamento igualitário por parte de toda escola quanto à organização curricular, propondo uma abordagem diferenciada por parte dos professores de Educação Física.

Laffin (2012), por sua vez chama a atenção para a importância de novas práticas metodológicas, nas quais a ação docente devem ter um caráter mediador, que consiga articular diferentes ritmos de aprendizagens, considerando as necessidades e realidades educativas dos estudantes, as características da modalidade de ensino e o projeto político pedagógico, reconhecendo que as práticas pedagógicas e a proposta curricular ganham sentido, a partir da história de vida dos educandos.

A inclusão da educação física na EJA representa a possibilidade para os alunos do contato com a cultura corporal de movimento. O acesso a esse universo de informações, vivências e valores compreendidos aqui como um direito do cidadão, uma perspectiva de construção e usufruto de instrumentos para promover a saúde, utilizar criativamente o tempo de lazer e expressar afetos e sentimentos em diversos contextos de convivência. Em síntese a apropriação dessa cultura, por meio da educação física na escola, pode e deve se constituir num instrumento de inserção social de exercício da cidadania e de melhora da qualidade de vida (BRASIL, 2002, p.193)

A Componente Curricular Educação Física no contexto de formação de jovens e adultos

Apesar desse cenário é possível perceber um avanço na proposta curricular da educação de jovens e adultos elaborada pelo Ministério da Educação - MEC, uma vez que a regulamentação da certificação inclui a Educação Física em uma matriz de competências e habilidades, composta ainda por língua portuguesa, língua estrangeira e educação artística.

A inclusão dessa disciplina em um bloco caracterizado por formas de expressão e linguagem rompe com a concepção de educação física fortemente marcada pelo viés biológico. Portanto, acreditamos ser importante e relevante, conhecer essa proposta curricular e ter esse documento como um ponto de partida, para a reflexão e o debate sobre o tema, assegurando ao educando da educação profissionalizante de jovens e adultos o acesso ao conjunto de conhecimentos que integra o componente curricular da Educação Física.

Não nos parece mais possível ignorar a existência da Educação Física na educação de jovens e adultos. Trata-se apenas de superar sua condição de marginalização e obscuridade a partir do estabelecimento de condições adequadas para a sua realização considerando-se que já existe uma proposta curricular de educação física para o EJA, emanada do próprio Ministério da Educação. (GUNTHER, 2014, pp. 410).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Física no PROEJA , embora seja um componente curricular obrigatório, tem caráter facultativo, parece-nos evidente, que mesmo que a sua oferta seja obrigatória, sua importância não é considerada de igual valor aos demais campos de saber que integram o currículo escolar, podendo o educando ser dispensado das aulas, amparado, inclusive, pela lei.

Perceber que historicamente a componente curricular Educação Física não apenas no PROEJA , mas na educação brasileira vem tendo um papel secundário, nos incentiva enquanto educadoras e pesquisadoras a dedicar esforços em compreendê-la no dia a dia do cenário escolar, contribuindo diretamente para a reflexão e a superação desta realidade, assim como, por parte dos docentes, uma prática pedagógica, comprometida com uma a formação humana, crítica, cidadã, inclusiva, e libertadora.

Por outro lado, percebemos um avanço na proposta curricular da EJA elaborada pelo Ministério da Educação - MEC, uma vez que a regulamentação da certificação inclui a Educação Física em uma matriz de competências e habilidades, composta ainda por língua portuguesa, língua estrangeira e educação artística.

A inclusão dessa disciplina em um bloco caracterizado por formas de expressão e linguagem rompe com uma concepção de educação física fortemente marcada pelo viés biológico. Portanto, acreditamos ser importante e relevante, conhecer essa proposta curricular e ter esse documento como um ponto de partida, para a reflexão e o debate sobre o tema, assegurando ao educando do PROEJA ter acesso ao conjunto de conhecimentos que integra o componente curricular da Educação Física.

REFERENCIAS

- BRACHT, V, et al. A prática pedagógica em educação física: a mudança a partir da pesquisa-ação. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 23 (2), pp.9-29.2002
- BRANDÃO. C. R. O que é método Paulo Freire? São Paulo: Brasiliense, ed. 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação . Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. *Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências*. CEDECA. Rio de Janeiro. 2019.
- _____. Ministério da Educação e Cultura . Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006; Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, Brasília. 2006.
- _____. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Disponível em: http://Portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/dec5840_13jul06.pdf. Acesso em: 10 nov.2019.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Proposta Nacional de Educação Física para a Educação de Jovens e Adultos. v.3. Brasília. 2002.
- _____. Decreto nº 2.208 de 1997. Disponível em: http://Portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/dec5840_13jul06.pdf ,Acesso em: 10 nov.2019.
- _____. Ministério da Educação. Coordenação Geral de Educação de jovens e adultos. *Proposta curricular para o segundo segmento- Volume três (matemática, ciências naturais, Artes e Educação Física)*. Brasília, DF. 2002
- _____. Ministério da Educação .*Alfabetização de jovens e adultos no Brasil: Lições da prática*. Brasília: UNESCO.2008.
- _____. Ministério da Educação..Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física, ensino fundamental*. Brasília: MEC/SEF. 1998.
- _____. Ministério da Educação..Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases*.1996.
- COLETIVO DE AUTORES. *Metodologia do ensino de educação física*. São Paulo: Cortez, 1992.
- DI PIERRO, M..Nota sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas da educação de jovens e adultos no Brasil. *Revista Educação e Sociedade*, Campinas, 26 (92),pp. 1115-1139. 2005.
- GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002.
- GUNTHER, M. . O direito a educação física na educação de jovens e adultos. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Florianópolis, 36 (2), pp.400- 412.2014.
- HADDAD. S..Ação dos governos locais na educação de jovens e adultos. *Revista Brasileira de Educação*, 12 (35), pp.197-211. 2007.
- LAFFIN, M. . A constituição da docência na educação de jovens e adultos. *Currículo sem fronteira*. 12 (1), pp. 210-218. 2012.
- LIRA, N. *A educação dos que vivem do trabalho... para além do capital*. Trabalho apresentado no Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte. Recife. Anais: CBCE. 2007
- MOURA, D.H.; HENRIQUE, A.L.S.. PROEJA: entre desafios e possibilidades. *HOLOS*, Ano 28, Vol 2, p. 114-129. Natal: Editora IFRN, 2012. Disponível em <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/914/536>. Acesso em: 10 jun. 2022.

- OLIVEIRA, E.& PINTO, A.O percurso do PROEJA/ES: conflitos, desafios e proposições. In: *Eja e educação profissional: desafios da pesquisa e da formação no Proeja*. Brasília: Líber Livros. 2012.
- REIS, J. . *As trajetórias de vida dos/as estudantes trabalhadores/as da educação de jovens e adultos: o significado da Educação Física*. Porto Alegre - RS. Dissertação Mestrado não publicada, Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS. 2011.
- SAVIANI, Dermeval. *Sobre a concepção de politecnia*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 1989.